



## A “LEGITIMIDADE” POR TRÁS DA AVALIAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA

Victor Carreão (Pesquisador Independente)  
vcarreao@yahoo.com.br

**Resumo:** O conceito de “Comunidade de fala” é amplamente discutido dentro da linguística. Para Labov (1972) e Gumperz (1968), tal comunidade é composta por falantes que compartilham os mesmos valores sociais em relação a uma língua e possuem um número específico de interações entre si. Em um mundo altamente conectado e globalizado, as “comunidades” não estão mais restritas a posições geográficas (Kachru, 1982). Neste artigo, chamamos a atenção para como o aspecto extralinguístico das línguas desempenha um papel importante na aprendizagem, avaliação e identidade dos alunos. Os contextos em que uma variedade linguística é usada em uma comunidade são conhecidos como “domínio de uso” (Fishman, 2000). Isso também faz parte do que Wenger (1998) chama de Comunidade de Prática. Tal comunidade é definida por um propósito, que é compreendido e continuamente renegociado por seus membros, com regras específicas de relacionamento e engajamento entre eles. A estrutura social das Comunidades de Prática não é desprovida de relações de poder e prestígio. Sua estrutura e hierarquia fluidas (Eckert e Wenger, 2005) criam papéis de “legitimidade”, que exercem mudanças sobre os vários recursos de uma comunidade - incluindo a linguagem. Alguns estudos relataram como as relações de poder podem refletir no uso da língua pelos membros de uma comunidade (Hujala, 2009), mostrando que o inglês como língua estrangeira também tem a influência de elementos sociais, e que a “legitimidade” tem um papel fundamental papel nisso. O conceito de inteligibilidade (Derwing & Munro, 2015) é um dos critérios que pode evitar que avaliações sejam enviesadas.

**Palavras-chave:** sociolinguística; legitimidade; comunidades de prática; inglês; avaliação

**Abstract:** The concept of “Speech Community” is widely discussed within linguistics. For Labov (1972) and Gumperz (1968), such a community is made up of speakers who share the same social values in relation to a language and have a specific number of interactions with each other. In a highly connected and globalized world, “communities” are no longer restricted to geographic locations (Kachru, 1982). In this paper, we draw attention to how the extralinguistic aspect of languages plays an important role in students' learning, assessment and identity. The contexts in which a linguistic variety is used in a community are known as its “domain of use” (Fishman, 2000). This is also part of what Wenger (1998) calls Community of Practice. Such a community is defined by a purpose, which is understood and continually renegotiated by its members, with specific rules of relationship and engagement between them. The social structure of Communities of Practice is not devoid of power and prestige relations. Its fluid structure and hierarchy (Eckert and Wenger, 2005) create roles of “legitimacy” that exert changes over a community’s various resources – including language. Some studies have reported how power relations can reflect on the use of language by members of a community (Hujala, 2009), showing that English as a foreign language also has the influence of social elements, and that “legitimacy” plays a fundamental role in this. The concept of intelligibility (Derwing & Munro, 2015) is one of the criteria that can prevent evaluations from being biased.

**Keywords:** sociolinguistics; legitimacy; communities of practice; English; assessment



## 1. Introdução

Jennifer Jenkins é, talvez, uma das linguistas mais citadas no mundo quando se trata de estudar ou aplicar conceitos de “Inglês como Língua Franca” (doravante ILF). Em um mundo globalizado e altamente conectado pela internet, uma língua franca é um meio de comunicação muito necessário para interações bem-sucedidas entre grupos de diferentes culturas. O uso do ILF acontece principalmente na comunicação entre falantes não-nativos da língua inglesa. Os interlocutores envolvidos geralmente falam duas línguas muito distintas e utilizar o inglês entre eles é mais prático para estabelecer a comunicação. Também é altamente provável que esses momentos interacionais ocorram em contextos em que os falantes estão conectados entre si através de uma “prática”. Para Eckert e Wenger (2005), uma “prática” é uma forma de realizar algo e alcançar um resultado esperado em relação a isso. Os padrões de realização dessas atividades também são compartilhados por uma comunidade. Para ilustrar isso, podemos pensar em dois funcionários de empresas distintas trabalhando juntos para resolver um problema, ou mesmo imaginar uma conferência acadêmica internacional ou uma viagem de lazer. Todas essas situações têm uma “prática”, um objetivo em comum, que conecta os indivíduos.

O ILF pode ser visto como uma variedade da língua inglesa – seguindo o rótulo de variedades como “Inglês Americano”, “Inglês Britânico”, “Inglês do Paquistão” e assim por diante. É importante lembrar que toda e qualquer variedade de uma língua está sujeito à variação e, nesta variação, é que a identidade única de cada indivíduo é refletida. Assim, não se pode considerar o ILF como uma variedade estática do inglês, mas sim como uma língua franca passível de variação conforme os indivíduos e suas identidades fluídas, relacionadas à natureza de cada situação de comunicação. Como afirma House (2003), não faz sentido estudar o ILF comparando-o com os padrões linguísticos de outras variedades do inglês, pois ele possui características próprias. Em uma questão de comparação, pode-se olhar para a sociolinguística e ver que o inglês vernáculo afro-americano tem regras gramaticais tão complexas quanto as chamadas "variedades padrão" do inglês.

Ainda em relação ao inglês como uma língua "global", Phillipson (2008, pp. 262-263. Tradução nossa) faz uma importante ressalva sobre o lado social das línguas: "Existem sérias fragilidades teóricas e empíricas na forma como os ingleses “mundiais” são classificados e analisados, uma vez que a reificação envolvida em qualquer padronização não é fiel à variedade e complexidade das realidades sociolinguísticas". Afinal, como se sabe, o estudo dos processos



linguísticos “não dever ser dissociado completamente do estudo das estruturas sociais” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 62). Nesse sentido, o ILF deve ser pesquisado não apenas com ênfase em suas características linguísticas, mas também com o enfoque em seus traços extralinguísticos.

Ao contrário de outras variedades linguísticas que estão ligadas à ideia de comunidades geográficas, o ILF é uma variedade intercultural que existe principalmente em situações de comunicação específicas: é utilizado quando certas “práticas” surgem dentro de uma comunidade de falantes. Portanto, o ILF não é uma variedade linguística relacionada às Comunidades de Fala, mas sim está às Comunidades de Prática. Essa característica do inglês como uma língua global é importante para o processo de ensino-aprendizagem. Mais especificamente, é um traço necessário quando falamos sobre a avaliação desse aprendizado, pois Comunidades de Prática, assim como outros grupos, possuem posições de poder em sua hierarquia e isso pode influenciar como a língua é vista por seus membros.

Não se deve esquecer que a estrutura social das Comunidades de Prática não é desprovida de relações de poder e prestígio. Pelo contrário, a sua estrutura e hierarquia fluidas (ver Wenger, 2005) criam papéis de “legitimidade”, que exercem mudanças sobre os vários recursos de uma comunidade – incluindo a língua. Ao mesmo tempo em que o ILF é celebrado como uma variedade desligada do inglês dos colonizadores, não se pode dizer que ela está livre de pressões sociais que podem moldar a linguagem e ditar prestígio e estigma (tal como qualquer outra variedade linguística). Este pequeno artigo analisará a teoria por trás das Comunidades de Fala e das Comunidades de Prática para ilustrar este ponto, e também buscará destacar a importância de condições justas de avaliação de uma língua. Pensaremos no que devemos priorizar em uma interação em língua estrangeira - seja em ambientes profissionais, acadêmicos ou turísticos – e em como as crenças linguísticas dos interlocutores podem afetar esse processo.

## 2. Comunidades de Fala e Comunidades de Prática

O conceito de “Comunidade de Fala” é amplamente discutido na linguística. Para Labov (1972), tal comunidade é composta por falantes que compartilham os mesmos valores sociais em relação a uma língua. Gumperz (1968) acrescenta ainda que as Comunidades de Fala podem ser identificadas graças ao número de interações que seus membros mantêm entre



si. Contudo, num mundo altamente conectado e globalizado, as “comunidades” não estão hoje restritas a posições geográficas.

Kachru (1982) nos mostrou que os falantes da língua inglesa podem ser encontrados em três círculos: o primeiro contém falantes cuja língua nativa é o inglês; o segundo compreende as nações onde o inglês foi imposto como língua oficial; e o terceiro é aquele onde se estuda inglês como língua estrangeira. O espaço que uma língua (ou variedade linguística) ocupa em uma comunidade é conhecido como “domínio de uso”, conforme apresentado por Schmidt Rohr e descrito por Fishman (2000). Este conceito está relacionado: (i) com os falantes que utilizam uma determinada língua (ou variedade linguística); (ii) com os locais onde essas variedades são valorizadas, e (iii) com o tipo de documentos em que essas variedades aparecem.

Estas características também fazem parte do que Wenger (1998) chama de Comunidade de Prática. Para o autor, uma Comunidade de Prática é definida por um propósito, que é compreendido e continuamente renegociado pelos seus membros, com regras específicas de relacionamento e engajamento entre eles. Acima de tudo, é importante considerar o que é produzido nesta comunidade e qual é o repertório compartilhado de recursos e rotinas – que deve ter sido previamente estabelecido dentro da comunidade, ao longo de sua existência.

Pode-se dizer, que as Comunidades de Prática estão relacionadas às rotinas que os membros de um grupo possuem. Dentro dessas rotinas, também temos as “rotinas linguísticas”, reforçadas pelas práticas de uma comunidade. Bortoni-Ricardo (2005, p. 66) nos mostra que "o conhecimento que os falantes têm das rotinas linguísticas varia em grande escala, até mesmo nas sociedades tradicionais. Quanto mais complexa a sociedade, maior o número e a variedade de rotinas e maior a variação na competência que os indivíduos exibem". Isto também inclui como a linguagem é usada e percebida de acordo com as práticas dentro da comunidade. Para o membro de uma comunidade, a hierarquia de poder do grupo não está enraizada no papel que desempenha, mas na “legitimidade” que exerce. Desempenhar uma prática dentro da estrutura de uma comunidade não é o mesmo que ocupar um papel que pode ditar o que deve ou não fazer parte da comunidade. O poder e a autonomia são determinados pelos indivíduos dentro da estrutura ou hierarquia da comunidade, que podem decidir o que faz parte das práticas e recursos do grupo. No mesmo sentido, como defendem Eckert e Wenger (2005), aqueles que têm essa legitimidade são aqueles que podem influenciar o repertório linguístico de toda uma Comunidade de Prática.



A natureza da estrutura das comunidades de prática pode ser um indicativo do quanto a língua, e as rotinas linguísticas, podem variar (ou ser influenciadas por fatores externos):

quando as redes [sociais] apresentam uma "tessitura densa", isto é, quando há um alto grau de densidade, seus membros atingem grande consenso normativo e exercem consistente pressão informal uns sobre os outros visando à conformação às normas consensuais. Por outro lado, quando a rede apresenta "tessitura frouxa", há maior probabilidade de ocorrer uma variação nas normas (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 85)

Dois fatores merecem destaque aqui. O primeiro é a forma pela qual a estrutura das comunidades pode permitir maior ou menor influência de fatores externos sobre a sua variedade linguística. O segundo é como alguns membros das Comunidades de Prática podem exercer influência sobre a variedade linguística utilizada entre seus membros. Utilizaremos, a seguir, alguns exemplos sobre a ótica do ILF novamente, ilustrando como as posições de poder dentro de cada grupo fazem com que as crenças linguísticas de cada membro possam ter papel de impacto no momento da avaliação linguística.

### 3. Língua Franca e comunicação

O Inglês como Língua Franca pode ser visto como uma ótima forma de fazer fluir a comunicação nas situações ligadas ao mundo dos negócios das empresas multinacionais, que, de alguma forma, podem conectar o Oriente e o Ocidente através de uma língua comum. Phillipson (2008, p. 264. Tradução nossa) traz uma importante reflexão acerca do termo "língua franca":

É evidente que o termo língua franca foi usado em sentidos muito diferentes no passado e ainda é assim. Eu diria que língua franca é um termo pernicioso e invejoso se a língua em questão for a primeira língua para algumas pessoas, mas para outras for uma língua estrangeira, sendo essa comunicação tipicamente assimétrica. Eu diria que é um termo enganoso se a linguagem for supostamente neutra e desconectada da cultura. E que é um termo falso para uma língua que é ensinada como disciplina no ensino geral

A questão da assimetria nas relações de poder entre os interlocutores é uma das características levantadas por Phillipson e é uma realidade não apenas em termos de proficiência linguística, mas também na questão da hierarquia de uma organização. Conforme afirma Levis (2005, p. 373), os contextos de comunicação podem variar dependendo de quem são os falantes: (i) falantes nativos e nativos; (ii) falantes nativos e não-nativos; (iii) falantes não-nativos e nativos; e (iv) falantes não-nativos e não-nativos. Tais possibilidades são muito



comuns na área empresarial, principalmente se considerarmos que a maioria das empresas multinacionais está sediada em países de língua inglesa:

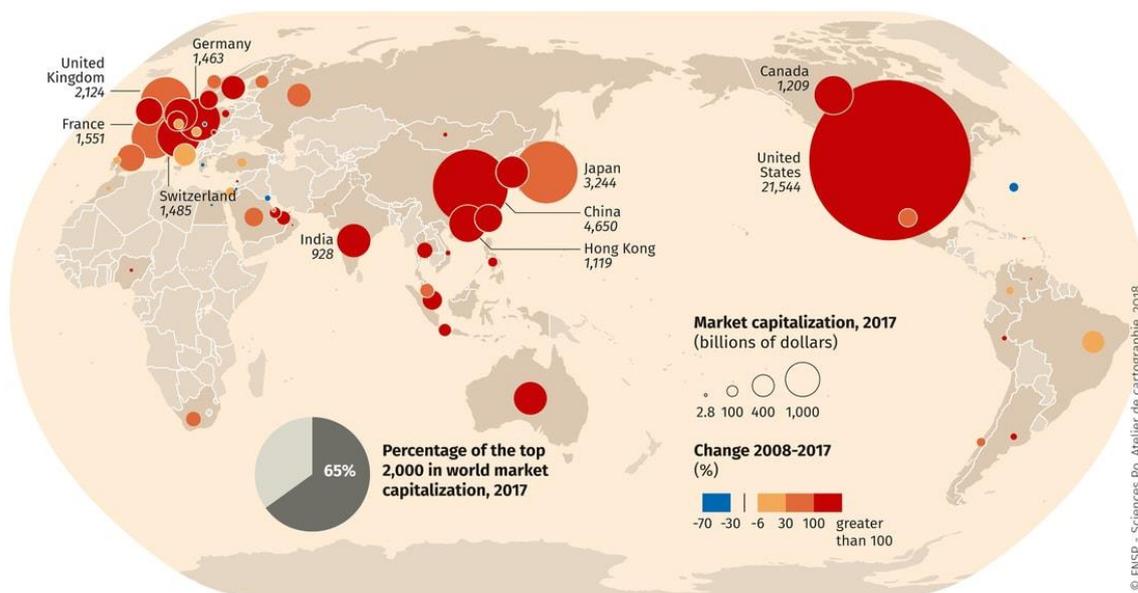


Figura 1: Modelo mostrando a presença de empresas multinacionais ao redor do mundo

Fonte: Espace Mondial (2018)

As abordagens que defendem que o ILF só é utilizado entre falantes não nativos nem sempre levam em consideração a localização da maioria das empresas multinacionais do mundo – pelo menos em termos do inglês usado como língua de negócios. Esta visão pode fazer sentido no contexto europeu, onde a quota de mercado das multinacionais pode ser mais equilibrada entre culturas que não falam inglês. No entanto, para as nações do hemisfério sul isso pode não ser verdade, já que muitas empresas subsidiárias provavelmente precisarão entrar em contato com empresas sediadas em países de língua inglesa.

A relação estabelecida pela hierarquia empresarial faz com que colaboradores de níveis mais baixos tenham seus superiores como modelos a serem seguidos – pelo menos em termos de “práticas” produzidas dentro de seus grupos. Os falantes sempre possuem, em cada interação, um “grupo de referência” – e a hierarquia do mundo corporativo pode moldar quem essas “referências” seriam. Bortoni-Ricardo (2005, p.96) nos chama a atenção para o fato de que esses grupos acabam exercendo sobre seus interlocutores um conflito: “orientação para o prestígio e orientação para a identidade”, afetando diretamente as crenças linguísticas em todos os pontos da cadeia hierárquica.



Como sabemos, o principal objetivo nesta e em outras interações é garantir que os oradores de ambos os lados sejam inteligíveis. Para Derwing & Munro (2015, p. 5. Tradução nossa), inteligibilidade é “o grau de correspondência entre a mensagem pretendida pelo locutor e a compreensão do ouvinte”. O ouvinte também deve estar atento para evitar qualquer tipo de preconceito em relação ao locutor devido à sua variedade linguística (ver Smith & Nelson, 1985, e Lindemann, 2017). Para ilustrar como essa crença linguística tem impacto sobre a língua utilizada em uma Comunidade de Prática, podemos tomar o estudo de Hujala (2009, p. 98) sobre interações em inglês (como Língua Franca) em um escritório finlandês. Alguns trabalhadores entrevistados pela autora afirmaram que "percebiam os FN [falantes nativos de inglês] como fontes de informação sobre uma nova língua, alvos de sentimentos de inveja, úteis na negociação de sentido, mas também dominantes e os únicos que realmente sabem inglês". A crença linguística dos colaboradores deste escritório tem impacto direto sobre a maneira pela qual o uso do inglês é avaliado dentro da organização. É também interessante ver que a maioria dos entrevistados por Hujala “se identificaram como falantes de inglês finlandês, ou apenas “inglês”, e não como falantes de ILF” (Hujala, 2009, p. 100).

Bortoni-Ricardo (2005) destaca a importância de que estudos sobre a língua explorem a estrutura social das comunidades, ou organizações. Para a autora:

os estudos antropológicos de redes sociais demonstram conclusivamente que, em comunidades de alta densidade e multiplexidade e baixa complexidade de papéis, desenvolve-se um grande consenso normativo e, conseqüentemente, uma forte resistência à influência de valores exógenos (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 95)

A variedade linguística utilizada por um indivíduo faz parte da sua identidade. Como afirma House (2003, p. 572), a comunicação ILF tem como principal característica o fato de que “cada indivíduo entra e sai de uma variedade de contextos, que provavelmente terão formas de participação bastante diferentes”. Isso leva a identidades fluidas. Tendo isto em mente, é importante lembrar que as Comunidades de Prática, como mencionamos anteriormente, não estão isentas de modelos padrão de poder que refletem os grupos nela envolvidos. Portanto, não se pode dizer que o Inglês como Língua Franca esteja isento do prestígio que também é encontrado nas crenças linguísticas existentes em diferentes variedades do inglês.

Outro exemplo ajuda a ilustrar essa ideia. Embora nossos comentários, acima, estejam relacionados à produção oral, na área acadêmica é preciso considerar a avaliação sobre a escrita em língua estrangeira. Periódicos científicos na área de ciências ambientais, por exemplo, são



documentos comumente escritos em inglês. A equipe do cientista Tatsuya Amano analisou o processo de submissão de artigos nesta área para revistas científicas. Os resultados dessa investigação foram comentados pelo articulista do jornal britânico “The Guardian”, Michele Gazzola (2023, n.p. Tradução nossa), que ressaltou que crenças linguísticas também são encontradas em meios escritos:

Ao submeter artigos para publicação, os falantes não-nativos têm cerca de 2,5 vezes mais probabilidades de verem os seus trabalhos rejeitados por razões linguísticas – e têm 12,5 vezes mais probabilidades de terem de fazer revisões relacionadas com a língua. Assim, mesmo com competência técnica igual ou superior, podem ter menos oportunidades de carreira

Toda interação linguística, assim, acontece em situações de poder. Quando essas relações são assimétricas, a “legitimidade” entre os interlocutores pode refletir na avaliação linguística. Isso pode ocorrer em situações formais ou informais de avaliação – seja em um exame de proficiência, ou até mesmo na avaliação da comunicação em língua estrangeira dentro de uma organização. O objetivo deste artigo foi transitar pelos conceitos de comunidades de fala e, pensando no uso do inglês em um mundo globalizado, trazer à tona alguns reflexos das crenças linguísticas nos falantes. Passemos às considerações finais.

#### 4. Considerações finais

Aqui, argumentamos que o ILF existe no âmbito das Comunidades de Prática e não está livre de certos graus de padronização ou preconceito linguístico. O ILF acaba se pautando pela “legitimidade” (ver Eckert e Wenger, 2005) dentro da estrutura de poder dos envolvidos numa prática específica. Neste sentido, é difícil assumir que o ILF seja uma variedade linguística totalmente livre das amarras do colonialismo ou de modelos inconscientes de linguagem “semelhantes aos nativos”. Pensemos mais uma vez nas empresas multinacionais. Se a legitimidade dentro da estrutura deste tipo de comunidade de prática recair sobre uma contraparte de um país cuja língua nativa é o inglês (por exemplo, o CEO da multinacional), tais modelos de linguagem serão provavelmente replicados. Caso seja encontrado em um segmento não nativo, uma empresa subsidiária, o padrão linguístico provavelmente seguirá seu repertório linguístico para estabelecer características de inteligibilidade. Em ambos os casos, relações de poder assimétricas, que muito provavelmente não podem ser negociadas dentro de uma comunidade de prática, podem ver o ILF ser comparado a uma espécie de “modelo de linguagem” prescritivo, “nativo” ou não. Quanto maior a mobilidade social de um indivíduo,



maior aproximação à língua-padrão de um grupo, e isso acaba sendo mais evidente dentro do mundo corporativo.

O Inglês como Língua Franca tenderá a favorecer qualquer parte das interações sociais que tenha o apoio da legitimidade existente dentro de uma Comunidade de Prática. Empregadores e empregados, franqueadores e franqueados, matrizes e filiais, anfitriões e convidados; todas essas situações mostram a assimetria de poder que existe em muitas interações de um mundo globalizado. Quando um destes lados é representado por um grupo privilegiado de pessoas, estão presentes as condições para uma parcialidade encoberta nas variedades do ILF. Nesse sentido, as relações no local de trabalho são vitais para boas práticas de comunicação.

É difícil apontar para as características linguísticas que possam ter avaliação negativa, mesmo que não interfiram na inteligibilidade de um falante. Bortoni-Ricardo (2005, p. 88) ressalta que "a relação entre traços linguísticos e seu significado social na comunidade pode ser muito arbitrária e complexa" e sugere que estudos de rede sociais, em pequenas escalas, possam ser uma maneira de rastrear isso em diferentes comunidades.

A autora Rebecca F. Kuang, em seu livro de fantasia "Babel", faz interessantes conexões entre línguas e suas conexões com a influência que cada grupo possui nas sociedades e comunidades. Próximo ao término de sua obra, um dos personagens de seu livro faz o seguinte comentário (KUANG, 2022, p. 535. Tradução nossa): "Falar é isso. Ouvir o outro e tentar enxergar além de seus próprios preconceitos para vislumbrar o que eles estão tentando dizer. Mostrando-se ao mundo e esperando que alguém entenda". Talvez seja esse o objetivo de qualquer língua "neutra", que busca conectar diferentes grupos e seus interesses: saber, e poder, ouvir o outro.

Por fim, as pesquisas em ILF também devem dedicar mais tempo e esforços para compreender melhor a natureza das interações que ocorrem em qualquer contexto que esteja sendo estudado. Como o prestígio e o estigma das variedades linguísticas são vistos pelos indivíduos? Quais são as relações de poder na comunidade? Quais são as práticas que estão sendo produzidas e quem tem legitimidade para exercer poder sobre elas? É necessário ver o ILF como variedades linguísticas, seja nas características linguísticas ou nas sociais.

### **Referências bibliográficas**

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemu na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

DERWING, T. M. & MUNRO, M. J. **Pronunciation fundamentals:** Evidence-based perspectives for L2 teaching and research. John Benjamins Publishing Company, 2015.

ECKERT, P. WENGER, E. Communities of practice in sociolinguistics: what is the role of power in sociolinguistic variation? **Journal of Sociolinguistics**, 9/4, pp. 582-589, 2005.

ESPACE MONDIAL. **Multinational corporations.** Disponível em <https://espace-mondial-atlas.sciencespo.fr/en/topic-strategies-of-transnational-actors/article-3A11-EN-multinational-corporations.html#:~:text=At%20the%20present%20time%2C%20there,subsidiaries%20of%20the%20same%20company>). 2018. Acesso em Mar. 12, 2023.

FISHMAN, J. A. Who speaks what language to whom and when? In: WEI, L. (Org.). **The Bilingualism Reader.** Londres: Routledge, 2000.

GAZZOLA, M. **English still rules the world, but that's not necessarily OK.** Is it time to curb its power? Opinion: Language. The Guardian. Dez. 27, 2023. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2023/dec/27/english-world-power-language-linguistic-justice?> Acesso em 27 Dez. 2023.

GUMPERZ, J. J. The Speech Community. **International Encyclopedia of Social Science**, v. 9, pp. 381-386. 1968.

HUJALA, E. **English as a Lingua Franca in the workplace:** one-size-fits-all? In search for a deeper understanding of Finnish speakers of ELF. Master's Thesis. University of Jyväskylä, 2009.

KACHRU, B. B. **The Other Tongue.** English Across Cultures. Urbana, Ill. University of Illinois Press, 1982.

KUANG, R. F. **Babel.** Londres: Harper Voyager, 2022.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEVIS, J. M. **Intelligibility, oral communication, and the teaching of pronunciation.** Cambridge, 2018.

LINDEMANN, S. Variation or 'error'? Perception of pronunciation variation and implications for assessment. In Isaacs T. & Trofimovich P. (Eds.). **Second Language Pronunciation Assessment: Interdisciplinary Perspectives** (pp. 193-209). Bristol, Blue Ridge Summit: Multilingual Matters & Channel View Publications, 2017.

PHILLIPSON, R. Lingua franca or lingua frankensteinia? English in European integration and globalisation. **World Englishes**, 27, 250-284, 2008.



SMITH, L., & NELSON, C. International intelligibility of English: Directions and resources. **World Englishes**, 4, 333–342, 1985.

WENGER, E. **Communities of Practice**: Learning as a Social System. Systems Thinker, 1998.